



Fases de Integração e o Século XXI

Lima Xavier, Jackson Francisco de *

Resumo

As ondas de integração são distintas fases do processo de integração que prevaleceram ideologicamente na política econômica internacional dos Países Latino Americanos. Diversos autores, como Nilson Araujo de Souza, Raphael Padula, José Luís Fiori, Amado Cervo e Flávio Sombra Saraiva indicam fases, onde o Latino americanismo, o Pan-americanismo e o Sul americanismo foram suas respectivas bases ideológicas. Em nível de análise sistemática, as ondas começaram e terminaram com eventos históricos marcantes: a 1° fase foi permeada por Políticas Estratégicas dirigidas por Estados Nacionais, começando com o fim da 2° G.G., moldada pelo Consenso de Bretton Woods, pela Industrialização, a substituição de Importações e protecionismo econômico; a 2° fase é o fim da primeira, ela é conhecida como de regime aberto (mercadológica), começa a partir de 1991, sendo marcada pela queda do Muro de Berlim e governos Neoliberais, o fim da URSS e Unipolaridade Internacional; a 3° fase, 2003-2016, foi de integração Política Estratégica, marcada por governos progressistas da Argentina, Brasil e Venezuela e multipolaridade internacional. No entanto, esta última fase, aparentemente, pode estar com seus dias contados devido ao processo atual de derrocada desses governos progressistas, principais motores desse processo, os quais estão sendo abruptamente substituídos por governos neoliberais, favoráveis às relações com países hegemônicos no sistema internacional, em detrimento dos da região Latino-americana. Esta última fase, deixa, portanto, em abertas as trajetórias possíveis, inclusive a de uma nova onda.

Palavras Chave: Integração; América Latina.

Introdução

O presente trabalho foi produto da disciplina “GLOBALIZAÇÃO, REGIONALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO”, ministrada no Curso de Economia

1 Graduando do Curso de Ciências Econômicas-Economia, Integração e Desenvolvimento, na Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA); FOZ DO IGUAÇU; Jackson.xavier@aluno.unila.edu.br;

lattes: <http://lattes.cnpq.br/6379363945924930>.



da UNILA no 2º semestre de 2016, onde construiu-se alguns fundamentos para a interpretação contemporânea da Integração Sul Americana. Com base na literatura analisada e nas aulas expositivas, este trabalho foi organizado com o objetivo de se entender os antecedentes do atual processo de integração regional e da aproximação do Brasil a seus vizinhos. Para tal, organizou-se em conjuntos os principais processos que ajudam a explicar os desdobramentos da regionalização Sul-americana, que chamaremos de fases de integração. As fases aqui organizadas são quatro, sendo que a última delas termina num ponto de inflexão que abre precedentes para se supor o surgimento de uma quinta fase ou onda de integração. Esta suposição é indicada nas considerações finais do trabalho.

1º fase, 1810- 1914-1945.

A primeira fase de integração se dá num contexto em que o sistema econômico internacional tem por centro a Europa Ocidental e posteriormente os Estados Unidos das Américas (EUA). A América Latina se situa à periferia do sistema e passa pelo processo de “independência” política; sua economia é majoritariamente primário-exportadora, sendo seus maiores clientes a Europa ocidental e os E.U.A. Essa relação de centro e periferia formou-se permeada por acordos internacionais desfavoráveis à periferia, idealizados pelos preceitos do liberalismo clássico.

O Brasil é um exemplo de país alinhado, à sua época, ao ordenamento internacional. O projeto de Brasil daquele momento (dividido entre liberais e nacionalistas), foi delineado por uma aristocracia dona do poder a fim de uma base econômica agro exportadora, importadora de manufaturados e de um ordenamento social composto por aristocratas, escravos e trabalhadores livres. Segundo Amado Cervo (2003):

“A face liberal explica a assinatura dos tratados desiguais e, depois deles, a política aduaneira, ou seja, o fato de estabelecer-se o Brasil na condição periférica de modo permanente. A face conservadora explica o malogrado projeto



de industrialização dos anos 1840, a determinação de exercer um certo controle sobre o subsistema platino de relações internacionais e a negociação firme das fronteiras do território nacional”(CERVO, 2003).

Dado esse contexto simplificado, partiremos ao ponto que mais importa aos interesses desse trabalho, que é entender a relação do Brasil com seus vizinhos latino-americanos, que nessa primeira fase mostrou-se mais alinhado aos interesses da Europa/E.U.A.

A partir de sua independência, o Brasil manteve-se alinhado ao centro Europeu, especialmente à Inglaterra, o que pode explicar seu distanciamento do continente em detrimento dos projetos integracionistas regionais: a) Os independentistas e b) a Doutrina Monroe. Sendo este último o que mais interessou ao Brasil.

O Bolívarismo se estendeu pelos países hoje conhecidos como Peru, Venezuela, Bolívia Equador, Panamá e Colômbia, mas tinha por ambição libertar e unificar toda a América Hispânica (excluindo América central e EUA), projeto político que fracassou, além de não tomar proeminência no Brasil. Não foram todos os países (ou colônias) que aderiram ao projeto libertador Bolivariano. Além do que, o Brasil mesmo não simpatizou muito com esse projeto (o Brasil não foi muito bem-visto pelos libertadores) devido a suas particularidades históricas, a principal delas o de ser naquele então um Império, gerando desconfianças nos “crioulos”, os quais lutavam contra a monarquia; outra particularidade brasileira foi sua próxima relação comercial com os Ingleses desde o século XVIII. Vale mencionar que os independentistas tinham seus ideais em contraste com os da doutrina Monroe:

“Para Simon Bolívar, principal articulador das independências na América do Sul, a integração americana viria pela adoção de republicanismos fortes que controlassem a desordem da transição colonial à independência. Francisco de Miranda e Bernardo O'Higgins via a possível integração das repúblicas sul-americanas no conjunto de um projeto aristocrático e autoritário de que eles mesmos eram seus próceres.” (SARAIVA,1995).



A doutrina Monroe, declarada em 1823, pelo presidente estadunidense Monroe foi um projeto que pode se resumir na frase “América para os americanos”. Tutelado pelos EUA, um gigante econômico e político, surge o ideário de ruptura com a Santa Aliança, “Monroe vislumbrava uma América forte e unida, sob o comando espiritual das ideias da liberdade de mercado e da democracia”(SARAIVA,1995). Tal doutrina almejava integrar as Américas de Norte a Sul. No entanto, o projeto se estendeu até a América central. Na América do Sul foi barrado pela influência econômica e política dos Ingleses sobre a região, mas não deixou de surtir algum efeito no Brasil.

O Brasil, ao sair de sua dependência como colônia encontrou amparo nesta doutrina, pois buscava reconhecimento internacional como país soberano ante a Europa, que lhe imputava acordos econômicos desvantajosos até então. Por isso, a “Doutrina Monroe para o Brasil...” foi “...uma proposição de inserção soberana do Brasil a partir da América e não da Europa”..., sua antiga metrópole. Ao tornar-se adepto dessa doutrina o Brasil obteve “...a conquista do século XIX”. “O Brasil Imperial, conservador politicamente, mas geograficamente unitário e soberano em suas ações externas...” (SARAIVA,1995).

Por meio de uma política econômica internacional agressiva, os E.U.A. dominam o México². “Consolidada a hegemonia sobre as Américas do Norte e Central, os Estados Unidos passaram a disputar com a Inglaterra a hegemonia na América do Sul” (PINTO, 2008: 96. In: SILVA, 2008). Tal ofensiva falha inicialmente, enfraquecida pelo processo de divisão internacional do trabalho (imperialismo inglês).

Embora os E.U.A. tenham tentado estabelecer acordos bilaterais na região³ e também tenham tentado estender sua influência pela força⁴, a

2 “o capitalismo nascente nos Estados Unidos rompeu fronteiras e, depois de comprar a Flórida, a Lousiana e o Oregon, promoveu a guerra contra o México, em 1845, e anexou os estados do Texas, Califórnia, Colorado, Arizona, Novo México, Nevada e Utah” (SOUZA, 2012).

3 “(...) propuseram ao Brasil, em 1887, a realização de uma união aduaneira para, logo depois, em 1889, durante a 1ª.Conferência Pan-Americana, propor “a formação de uma ampla



América do Sul manteve-se alinhada àquele ordenamento prévio, o que gerou conflitos entre EUA e Inglaterra, malogrando assim o projeto de integração estadunidense. O processo de expansão Pan-americana se limitou, portanto, ao Norte e ao centro das Américas. Podemos dizer que, em grande medida, foi a repartição do mundo da era imperialista que levou à falha das propostas integracionistas regionais da América do Sul nesta primeira fase.

“Ao consolidar-se o domínio externo sobre a região e sua divisão internacional do trabalho, malograram as tentativas que vinham se realizando para a integração latino-americana, que, na época, se confundia com integração da América” (SOUZA, 2012).

No entanto, nesta fase houve uma certa aproximação do Brasil a seus vizinhos.

“Depois dos conflitos do Rio da Prata, da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, dos contatos de brasileiros com uruguaios e argentinos no reavivamento dos ideais republicanos hibernados desde o período regencial, contatos mais ricos e estreitos foram estabelecidos pelo Brasil no continente sul-americano” (SARAIVA, 1995).

Mas isso não representou uma união ideológica o suficientemente forte. Já no século XX, delineiam-se os caminhos que trariam o Brasil, assim como México, Chile, Argentina, dentre outros, à preocuparem-se com sua região. A partir de 1914 começa o período de transformação do cenário internacional. Entre 1914 e 1945 ocorrem a primeira guerra mundial, a revolução russa (1917), a crise de 1929 e a segunda guerra mundial, os EUA têm na década de 1920 seus anos de ouro, tomando grande proeminência econômica, depois da segunda guerra nasce a guerra fria entre capitalismo e socialismo, os EUA

comunidade comercial que envolvesse todos os países da América” (Ibid.: 97), numa antecipação da proposta de Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), apresentada um século depois.” (SOUZA, 2012).

4 “(...) se somou à Doutrina Monroe, em 1904, com os EUA se reservando ao direito de, carregando um Big Stick (‘um grande porrete’, eufemismo para o uso brutal da força militar), intervir nos assuntos dos países latino-americanos sempre que ocorressem o que consideravam desordens e instabilidades internas nessas regiões” (PINTO, 2008: 98. In: SILVA, 2008).



ganham espaço internacional com o acordo de Bretton Woods, que levou ao financiamento dos países afetados pela guerra. Tem-se assim uma mudança no ordenamento do sistema capitalista. Os EUA aparecem como a principal potência econômica capitalista e paira no ar a ameaça socialista.

2º Fase, 1914-1945 até 1991

Na segunda fase temos um processo de aproximação gradual entre os países latino-americanos, o Brasil passa a olhar mais aos vizinhos às suas costas. Isso se deu pelas mudanças do horizonte internacional, que se mostrava pouco favorável a essa região periférica quase que totalmente agroexportadora até aquele então. Com a queda das exportações, os países latino-americanos sofrem uma convulsão de seus atores sociais internos, que demandam por consumo e outras necessidades sociais particulares, favorecendo o processo de industrialização que se intensificou entre 1940-80, guiada por um novo tipo de Estado. Ainda em consequência do cenário externo hostil, os países latinos americanos se aproximam estrategicamente, fato que se vê na formação das instituições que surgem à época. No entanto, foi uma aproximação politicamente difícil.

Num primeiro momento dessa fase, o Brasil se alinha aos vencedores da guerra. “Por meio do sistema de benefícios e de barganhas que herdara da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, o Brasil procurou ser o aliado natural da potência imperial na América do Sul” (SARAIVA, 1995). Esse foi um fator que ajudou a esfriar, por exemplo, a relação com a Argentina, a qual se manteve neutra diplomaticamente durante a guerra.

O Liberalismo dominava e por conta do alinhamento do Brasil aos grandes centros da economia e política internacional, sua relação com a América latina não foi priorizada. Mas isso estava por mudar.

Toma força um pensamento desenvolvimentista nacionalista, amparado por políticos e intelectuais. Delineiam-se então novos traços na região periférica. “A mudança paradigmática dos anos 1930-40 ocorreu como se fosse



um movimento latino-americano” (CERVO, 2003). No século XX surgem interesses de uma sociedade complexa, fortalece-se o desenvolvimento das forças produtivas internas, autonomia decisória, cooperação externa, política de comércio exterior flexível, comercialização com países grandes e pequenos. Tendo-se em conta essas mudanças de perfil regional, podemos adiantar os impactos dessa conjuntura sobre a política externa do Brasil.

Essa nova fase proporcionou afastamento em relação aos EUA por conta da concorrência internacional que o Brasil passou a representar por conta de seus interesses desenvolvimentistas, trazendo o Brasil para perto dos Países latino-americanos que aparecem como elemento regional estratégico para o desenvolvimentismo.

“O processo diplomático e comercial brasileiro da diversificação de parceiros e na busca de relativa autonomia e espaço de manobra para avançar no desenvolvimento industrial foi incluindo, paulatinamente, a aproximação com a América Latina” (SARAIVA, 1995).

Por conta do colapso das antigas vias de comércio que fluíam para os países desenvolvidos do Norte e do desenvolvimentismo industrial periférico, começa a haver uma integração econômica significativa (menos politizada) nesta região. “Assim, em 1950, o intercâmbio entre os quatro países indicados [Argentina, Brasil, Chile e Uruguai] representava 9,2 por cento de seu comércio exterior total, e em 1953 já alcançava 12,2 por cento” (FURTADO, 1986: 260). Partindo dessa conjuntura, vemos uma integração estratégica do Brasil e seus vizinhos durante parte dessa fase.

Anos 1950-80, Processo de aproximação estratégica à América latina e a outros países subdesenvolvidos.

“(…)O Brasil criticou a distribuição de poder no sistema internacional, que havia congelado a possibilidade de emergência de novos centros de poder. Ao mesmo tempo, o País elegeu o pragmatismo e o ecumenismo ideológico, apesar da ditadura doméstica, como os melhores instrumentos para a



ampliação dos seus espaços econômicos e políticos no mundo”⁵ (SARAIVA,1995).

Nesse contexto de mirada ao sul, surgem as instituições que almejavam aproximação estratégica dos países subdesenvolvidos das Américas. a) CEPAL,1948 (que também atuou na América central); ALALC, 1960 (Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai; tendo aderido posteriormente Colômbia, Equador, Venezuela e Bolívia); ALADI, 1969 (1969, Bolívia, Colômbia, Chile, Equador e Peru; 1973 Venezuela entra, 1976 Chile sai) e o Pacto Andino são seus nomes.

Em suma, essas instituições propunham, com algum grau de diferença, propostas de uma união comercial seja por meio de maior comercialização, tarifas comuns, união aduaneira, etc. Vemos nisso o caráter mais econômico dessa fase de integração, focando, é claro, o desenvolvimento estratégico nacional que busca integrar-se ao regional.

Mas a tão almejada integração econômica para o desenvolvimento regional não saiu efetivamente do papel. Segundo Padula (2010)⁶:

“A priorização de projetos nacionais de industrialização individuais e a desconfiança mútua entre governos ditatoriais na região estão entre os principais fatores que contribuíram para que os países permanecem de costas uns para os outros. Ainda, a crise da dívida, o aumento do protecionismo em alguns países, e a proeminência neoliberal, propagada a partir dos países centrais e organizações internacionais, esmoreceram e realmente dissiparam a ‘primeira onda’ de integração regional na América Latina. Assim, seguiu prevalecendo a falta de uma articulação regional efetiva, ou mais precisamente a falta de uma articulação regional pelo desenvolvimento conjunto dos países da região”(PADULA, 2010).

Além desse ar de desconfiança, houve um conjunto de outros fatores externos que enfraqueceram essa onda. Os EUA mantiveram sua influência internacional sobre a Europa por meio de seus financiamentos e suas bases

5 Podemos incluir aqui África e Ásia.

6 . A primeira onda mencionada pelo autor é a que nos conveio chamar aqui segunda fase.



militares, ao mesmo tempo que sobre a América Latina, difundiu o medo a uma ameaça socialista. Isso se vê na criação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e da Organização dos Estados Americanos (OEA), 1948, que se formaram para ratificar uma possível intervenção militar estadunidense sobre qualquer ameaça socialista ao continente.

Adiantando um pouco a história, a Europa começa a reerguer-se como mercado competitivo internacionalmente, assim como o Japão, uma nova potência industrial. Essa maior competitividade capitalista reforça os interesses dos EUA sobre a América Latina, um grande mercado consumidor, que não queria se abrir tão facilmente (por conta dos governos nacionalistas daquele então). Não coincidentemente, há uma derrocada daqueles governos nacional/desenvolvimentistas, substituídos por ditaduras que vigoraram entre 1960-1990, favorecendo as multinacionais norte-americanas que se instalam na região, enfraquecendo ainda mais essa aproximação que temos visto até aqui (SOUZA, 2012).

A partir da década de 1970 começa a deflagrar-se novos elementos que fazem os países da região se voltarem novamente a seu entorno geográfico, mas agora norteados por ideais neoliberais. Segundo Padula (2010):

“Ressurge assim no período de proeminência ideológica e das reformas e práticas político-econômicas neoliberais, que objetivaram a liberalização econômica (comercial e financeira), propagadas a partir dos países desenvolvidos e dos organismos multilaterais (como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, e do Acordo Geral de Tarifas e Comércio -GATT) por eles influenciados. Uma forma de regionalismo com enfoque comercial e econômico, na qual, de uma forma um tanto paradoxal, a ‘exclusividade’ dos arranjos regionais trabalharia pela liberalização comercial regional como instrumento da liberalização do comércio multilateral, segundo a visão do ‘regionalismo aberto’” (PADULA, 2010).

Além de um sistema mais competitivo, devido a esse regionalismo aberto que se delinea, alguns elementos regionais fazem com que o Brasil comece a superar sua imagem ameaçadora aos vizinhos, especialmente para a Argentina. São alguns acontecimentos que desde os anos 80 levaram à



fragmentação das “rixas históricas” entre Argentina e Brasil e à formação de uma aproximação prática e menos idealista entre as duas potências regionais (SARAIVA, 1995).

3° fase (1991-2002)

Antes de falarmos do MERCOSUL, assim como da Comunidade das Nações Andinas (CAN) e do processo de integração econômica do regionalismo aberto em si, vale destacar a ideologia econômica Neoliberal que norteia esta fase. Veremos que apesar dos resultados negativos sobre o progresso industrial da América Latina que vinha se desenvolvendo na fase anterior, a região avança com a integração econômica.

Após os regimes ditatoriais, houve uma remessa de presidentes neoliberais, que trouxeram consigo, a seus ministérios, monetaristas de formação norte-americana, os quais assumiram a liderança dos principais países latino-americanos. As táticas de governo para o desenvolvimento econômico e os respectivos presidentes são: “Tratamentos de choque, de corte neoliberal, foram aplicados pelos governos de Augusto Pinochet no Chile, Carlos Saúl Menem na Argentina, Alberto Fujimori no Peru, Carlos Andrés Pérez na Venezuela, Fernando Collor de Melo no Brasil, e Carlos Salinas de Gortari no México”(CERVO 2003). O Estado fica restrito a promover estabilidade monetária, o mercado cuida do resto. Essa vertente monetarista ganha ainda mais força com o novo posicionamento da CEPAL. Depois da autocrítica da CEPAL, a instituição se inclina ao neoliberalismo, dando força ao monetarismo. Essa tendência ganhou mais força nos países hispanoparlantes do que no Brasil, pois, este havia se tornado a 8° economia mundial com a receita nacional/desenvolvimentista, sendo assim mais lenta sua transição para a “nova moda”(CERVO 2003). Assim como a fase anterior, o monetarismo foi motivado por forças particulares.

O endividamento e o consenso de Washington aparecem como fatores externos que impulsionaram o paradigma monetarista, tendo como carro forte o FMI e o Banco Mundial. Pois, “o endividamento latino-americano dos anos



1980, cujo aumento deveu-se à elevação das taxas de juro durante os mandatos de Ronald Reagan, converteu os países da região em grandes esmoleiros internacionais” (CERVO, 2003). Para que “saíssem” da dívida e progredissem economicamente, deveriam seguir o receituário econômico ditado pelos credores. Uma receita que se mostrou prejudicial à autonomia produtiva latino-americana relativamente conquistada na fase anterior.

As exigências resumem-se em abertura econômica e esvaziamento das funções do Estado, ou seja, “ser Normal”. “Ser normal”, nesse contexto, seria alinhar-se aos comandos do centro, que dizia o que era ser normal. Privatização das empresas públicas e priorização do capital estrangeiro, abertura do mercado financeiro sem restrição de entrada ou saída de capitais, etc., são as medidas aconselhadas pelo centro para o progresso da periferia, em meio a uma onda de crise do sistema.

Essa abertura levou à financeirização da economia em detrimento dos interesses nacionais, o que conduziu gradualmente ao desmantelamento da indústria nacional e dos pequenos industriais, isso conquistado ao longo da segunda fase (mais intensamente no Brasil). Como consequência desse regionalismo aberto monetarista, aquele desenvolvimento industrial estratégico da fase anterior foi dilapidado gradualmente, ou nas palavras de Cervo: “encaminharam a destruição do patrimônio nacional construído em sessenta anos de esforços (CERVO, 2003)”.

Vejamos como os países da região se integraram naquele contexto. A terceira fase de integração tem como marco inicial o Mercosul como evolução da ALALC e é caracterizada por seu pragmatismo, assim como a Comunidade Andina de Nações (CAN), 1996, evolução da ALADI. Se trata da aplicação de tratados comerciais concretos, adaptados à nova realidade Neoliberal, diferentes ao que se havia iniciado na fase anterior. Nas palavras do de Souza (2012):

“Contraditoriamente, foi exatamente nesse período que avançou o processo de integração na América do Sul: enquanto o MERCOSUL, que se formara em 1991 como área de livre



comércio, se transformava em união aduaneira em 1995, o Pacto Andino, que em 1996 transformou-se em Comunidade Andina de Nações constituía uma união aduaneira em 1995. Mas ambos os blocos retrocederam em relação à concepção original (presente no Pacto Andino quando da sua criação em 1969 e no MERCOSUL na fase dos acordos de 1986 e 1988): em lugar da integração produtiva prevista nos acordos iniciais, privilegiou-se a integração comercial; em lugar da união aduaneira com proteção externa à produção regional, praticou-se o 'regionalismo aberto'" (SOUZA, 2012).

Segundo Padula (2010), ainda em 2000, seguia em vigor o regionalismo aberto. Porém, com pressões populares e a chegada dos governos populistas, temas além economia passaram a ser parte de discussão nesse regionalismo aberto. Segundo este autor, essas áreas extraeconômicas já eram debatidos desde a segunda fase⁷.

No entanto, apesar de os países latino-americanos terem-se aproximado em termos mais concretos, não se pode apagar os prejuízos ao desenvolvimento nacional, humano e da própria autonomia internacional que os países haviam fortalecido na fase anterior. "Além da desnacionalização e da desindustrialização, o aumento do endividamento externo foi outra consequência desse processo de avanço econômico externo na América Latina na década de 1990" (SOUZA, 2009: 129). "Segundo a Cepal, a dívida externa da região aumentou de US\$ 500 bilhões em 1992 para US\$ 800 bilhões em 2000". (SOUZA, 2012). São alguns dos retrocessos e avanços que culminaram na seguinte fase.

4° fase (2000-3-X)

Nos anos 2000, começa uma onda de governos ditos progressistas na América latina, surgem em resposta aos desgastes político/econômico do regionalismo aberto, alinhado aos interesses econômicos das potências internacionais, especialmente aos EUA, principal cabeça do FMI e do Banco internacional, financiadores da eterna dívida internacional. Foram governos que

7 . Regionalismo estratégico, Padula (2010) indica como primeira fase.



dialogavam e trabalhavam, além de suas políticas sociais populares, por uma nova posição da região a nível internacional.

Três projetos se destacam para este fim. Após o fracasso (2005) do ALCA, por conta da insustentabilidade da relação dos EUA para com os países da América latina, que não tinham suas petições ante os conselhos da ALCA atendidas ou debatidas gerou desgastes nas relações internacionais, até que os novos governos progressistas da região procuraram novos meios de trabalhar em suas necessidades nacionais, aderiram a novos projetos de integração: “União de Nações Sul-Americanas” (UNASUL), 2008; a “Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América – Tratado de Comércio de los Pueblos” (ALBA), 2005; e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos(CELAC), 2010, que se desdobrou na “XXI Cúpula do Grupo do Rio, de natureza política, e a II Cúpula da América Latina e Caribe – CALC, que trata de integração e desenvolvimento” (SOUZA, 2012). Estes dois últimos projetos geraram um ambiente favorável a um terceiro projeto, a CELAC, marcante por integrar o México a esta onda (SOUZA, 2012).

Até aqui, podemos ver nessa fase de integração o fortalecimento de políticas voltadas para os interesses nacionais e regional, indo além do econômico, mas também se preocupando com o desenvolvimento humano. São projetos que surgem em contraste com aqueles do regionalismo aberto, são algum tipo de respostas ao processo de enfraquecimento da autonomia internacional perdida na fase anterior, retomando assim um tipo de inserção estratégica no sistema.

Porém, a partir de 2015, com a eleição de Mauricio Macri na Argentina (dentre outros eventos envolvendo os progressistas), nota-se uma mudança em relação à perspectiva integracionista dessa fase. Antes mesmo da eleição de Macri, há um processo de desgaste social, político e econômico desses governos progressistas, acompanhados pela crise de 2008. São diversos eventos ocorridos que vêm dando força a retomada de governos pouco preocupados com integração regional. O caso mais emblemático, com



afastamento de Dilma de seu mandato em 2016, seu vice Michel Temer assume o cargo como presidente da República. Isso desencadeou atritos nas relações do Brasil com seus vizinhos.

Em seu primeiro discurso na conferência geral da ONU, em setembro, Temer foi boicotado por membros do ALBA. “Em entrevista a jornalistas, o chanceler José Serra minimizou o boicote e disse que teria impacto internacional ‘próximo de zero (...). A ONU tem cerca de 200 países, não me parece uma proporção significativa’...”(BBC Brasil, 20 setembro 2016). Evidencia-se aqui (e em eventos posteriores, basta ler os jornais) a não priorização sobre a região por parte desse novo governo. Enfim, são eventos que vem pondo em cheque a relação que vimos anteriormente se fortalecendo a nível regional em detrimento do centro internacional.

Grosso modo, é uma guinada regional que tem se desdobrado em várias frentes e, por sua atualidade, torna-se difícil prever no que vai dar. Depois do segundo semestre de 2016, o que se tem notado é um esfriamento (ou aquecimento) dessa quarta onda e um eventual afastamento do Brasil em relação aos vizinhos, assim como dos demais uns para com os outros, voltando suas miradas econômicas à Europa Ocidental e EUA. Isso vem junto à desaceleração da economia regional, desgaste político e renovação dos quadros políticos regional

Considerações Finais

Até aqui vimos o seguinte. Uma primeira fase, em que os países da América periférica estão passando por processos de independência. Chegamos nesta fase a uma divisão de ideias, os independentistas na América hispânica, afastados do Brasil império, em contraste com a Doutrina Monroe, que parou na América central. Mas o panorama que predominou no contexto imperialista da Inglaterra, foi o sul das Américas sobre a influência econômica desta potência industrial e comercial, e o Norte para os estadunidenses. Já na segunda fase tivemos uma grande mudança. Os EUA, depois de turbulências



no sistema internacional capitalista, aparecem como país hegemônico, com influência econômica e militar direta sobre a Europa ocidental e instaura no sul das Américas o medo à ameaça socialista. Vimos que em consequência dessa instabilidade internacional, os países da América do Sul passaram por um forte processo de industrialização, inspirado pelo nacional/desenvolvimentismo. Esta foi uma fase de aproximação estratégica dos países latino-americanos, o Brasil se aproxima mais significativamente de seus vizinhos a partir de então. Na terceira fase, temos o regionalismo aberto. Foi o choque monetarista. Apesar do relativo regresso das forças produtivas internas que se haviam desenvolvido na fase 2, houve uma aproximação econômica mais significativa entre os países da região em debate. Surgem instituições de teor mais prático/concreto no que tange à integração econômica. Na quarta fase, temos que os governos progressistas aparecem favorecidos pelas assimetrias sociais e internacionais agravada na fase anterior. São governos que se uniram em prol dos interesses nacionais e regionais, contestando aos projetos imperialistas dos EUA sobre a região que fracassam de vez em 2005. Esta fase, porém, parece estar com seus dias contados. Na verdade, é difícil saber que rumo a integração tomará. Vimos que a onda progressista vem passando por sérios desgastes. Na Argentina e no Brasil esses governos já foram substituídos por personagens representantes do neoliberalismo, alinhados em seus interesses e ações aos preceitos econômicos centrais do capitalismo liberal. É como se houvesse o “retorno” ao regionalismo aberto. Mas tudo isso é muito novo. Num contexto geral (América Latina), não se pode prever o futuro, a integração pode tomar rumos inesperados. No entanto, uma coisa já se tem bem em claro, há um conjunto de fatores que aparecem como novos ares (ou um antigo ar, ora eurocentrista ora pan-americanista), que vem dando outro rumo a essa quarta fase. Temos aí, talvez, o começo de uma quinta fase de aproximação regional. Brasil e Argentina, países centrais sobre região, já se mostram favoráveis a outro projeto econômico internacional diferente do que vinha se desenhando.



Bibliografia

- CANCELLERIA DE ARGENTINA. **Temer y Macri acuerdan flexibilizar el Mercosur y arremeten contra Venezuela.** in NODAL. 4 OCT, 2016.
- CERVO, A.L. **Política Exterior e Relações Internacionais do Brasil: Enfoque paradigmático.** Rev. Bras. Polít. Int. 46 (2): 5-25 [2003].
- ESTADÃO, **Una Chance Para el Mercosur** . Brasil: Diário Estadão. in. NODAL 21 OCT, 2016.
- FELLET, J. **Os diferentes interesses e atitudes das seis delegações que boicotaram discurso de Temer na ONU.** Enviado especial da BBC Brasil a Nova York, 20 setembro 2016.
- FELLET, J. FMI elogia propostas econômicas de Temer e cobra Congresso a aprovar reformas. Washington: BBC Brasil, 29 setembro 2016.
- FURTADO, C. **A Economia Latino-Americana: Formação Histórica e Problemas Contemporâneos.** 3. Ed. São Paulo: Editora Nacional, 1986.
- G1. **Temer defende que Mercosul e União Europeia acelerem acordo comercial. Presidente deu declaração durante reunião da Câmara de Comércio Exterior. Ele disse que Mercosul precisa se 'fortalecer', revisando estrutura tarifária.** Brasília, 28/09/2016 15h59, atualizado em 28/09/2016 16h38.
- PADULA, R. **Integração de Infraestrutura e Comércio na América do Sul nos Anos 2000: Uma análise Político-Estratégico.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.
- PINTO, L F. S. **As Relações Internacionais Contemporâneas e a América Latina.** In: SILVA, L.M.N.M., PINTO, L.F.S. & SOUZA, N.A. **Relações internacionais do Brasil e integração latino-americana.** Campo Grande: Editora UFMS, 2008.
- SOMBRA SARAIVA, J. F. **O Brasil e a Integração Hemisférica: vertente histórica.** In.: Em Aberto, Brasília, ano 15, n.68, out. /Dez. 1995.
- SANTOS, T. **Economia Mundial, Integração Regional e Desenvolvimento Sustentável: As Novas Tendências da Economia Mundial e a Integração Latino-Americana.** Petrópolis: Vozes, 1993.
- SEITZ, M. **Argentina: ¿qué hizo Macri para que Obama lo visite a sólo 100 días de haber asumido?.** BBC Mundo, @maxseitz, 23 marzo 2016.
- SOUZA, N.A. **América Latina: as Ondas da Integração.** OIKOS | Rio de Janeiro | Volume 11, n. 1 • 2012 | www.revistaoikos.org | págs. 90-129.
- SOUZA, N.A. **Economia Internacional Contemporânea: da Depressão de 1929 ao Colapso Financeiro de 2008.** São Paulo: Atlas, 2009.
- SOUZA, N.A. **Ascensão e Queda do Império Americano.** São Paulo: CPC-UMES/Mandacaru, 2001.
- UNASUR. **Brasil: pronunciamiento de Unasur sobre el avance hacia el impeachment contra Dilma Rousseff.** in NODAL, 19 ABR, 2016.
- VENTAS, L. **Como a Saída de Dilma Muda o Panorama Político na América Latina,**



Da BBC Mundo, 14 maio 2016.